

## MUDANÇAS NOS VALORES DO AUXÍLIO EMERGENCIAL: CENÁRIOS E EFEITOS SOBRE ARENDA

Lauro Gonzalez<sup>1</sup>

### 1. Contexto e Objetivo

São muitas as discussões em torno do auxílio emergencial (AE), concebido para mitigar os efeitos da pandemia do novo coronavírus. Os dados oficiais mostram que aproximadamente 67 milhões de pessoas receberam o AE, dentre as quais 29,8 milhões pertencentes ao Cadastro Único – registro contendo famílias em situação de pobreza ou extrema pobreza. Os 37,2 milhões restantes, aparentemente, não estavam no radar dos programas de transferência de renda.

Uma dessas discussões envolveu pesquisa recente do Datafolha mostrando aumento do apoio a Bolsonaro, o que colaborou para incluir no debate os possíveis efeitos eleitorais do AE. Não faltaram, inclusive, análises simplificadoras condenando os pobres que, ludibriados pelo dinheiro do auxílio emergencial (AE), teriam turbinado o apoio ao presidente.

Dentre outras críticas possíveis a tais simplificações<sup>2</sup>, os dados do Datafolha mostram que a porcentagem daqueles que avaliam o governo como ótimo/bom é maior na população de maior renda do que dentre os pobres: 35% de ótimo/bom no caso de renda familiar mensal de até 2 salários mínimos e 40% de ótimo/bom para as demais faixas de renda, inclusive para aqueles com renda mensal superior a 10 salários mínimos.

Os efeitos do AE foram muito além das fronteiras do Cadastro Único e mais do que compensaram as perdas de renda com a crise para a maior parte dos tipos de trabalho tradicionalmente categorizados. Em levantamento anterior, utilizando os dados da PNAD-COVID divulgados em julho, estimamos que a renda dos que receberam o AE é, em média, 29% maior<sup>3</sup> do que a renda usualmente recebida antes da pandemia. O governo afirma, sem

---

<sup>1</sup> Professor da EAESP-FGV e coordenador do Centro de Estudos em Microfinanças e Inclusão Financeira da FGV (Twitter: @LauroGonz2019).

<sup>2</sup> <https://politica.estadao.com.br/blogs/gestao-politica-e-sociedade/o-culpado-e-mesmo-o-pobre/>

<sup>3</sup> <https://eaesp.fgv.br/producao-intelectual/efeitos-auxilio-emergencial-sobre-renda>

maiores detalhes até o momento, estar decidido a continuar pagando o AE de menor valor por mais alguns meses. Resta saber quais serão os prováveis efeitos de um AE reduzido.

Assim sendo, os objetivos do estudo aqui apresentado são:

- i) A partir dos dados da PNAD-COVID referente ao mês de julho, divulgada em 20/08/20, atualizar estudo anterior que estimou os efeitos do AE sobre a renda usual;
- ii) Considerando a provável redução do AE, simular os efeitos de novos valores do benefício sobre a renda.

## 2. Principais Variáveis

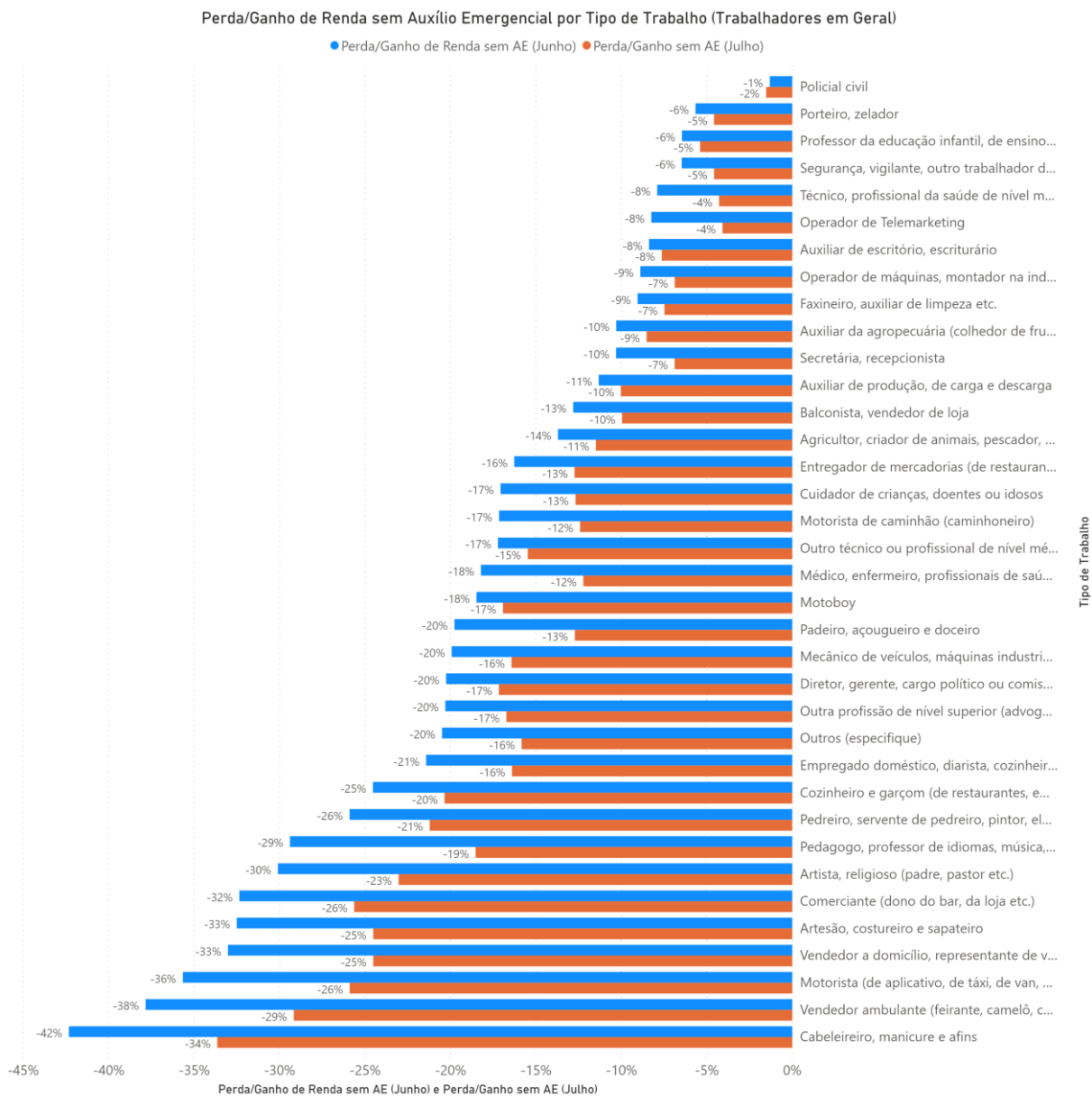
Conforme estudo anterior, para realizar as estimativas foram selecionados na amostra da PNAD apenas os respondentes que receberam o AE. A seguir, foram definidas as seguintes variáveis:

- a) Renda usual: Valores normalmente recebidos em dinheiro e/ou mercadorias pelo trabalho (questão C10) + Aposentadoria ou pensão, rendimentos de aluguel ou previdência privada, e benefícios sociais como o Bolsa Família e o BPC-LOAS (questão D1). A renda usual representa, portanto, a estimativa da renda domiciliar antes da pandemia;
- b) Renda na pandemia sem o AE: Valores recebidos no trabalho durante a pandemia (questão C11) + Demais rendimentos incluídos na renda usual, uma vez que estes últimos rendimentos, tais como aposentadoria e Bolsa Família, não foram afetados pela pandemia *a priori*;
- c) Perda/Ganho de renda sem o AE: Diferença entre a renda na pandemia sem o AE e a renda usual;
- d) Renda na pandemia com o AE: Valores recebidos pelo trabalho durante a pandemia (questão C11) + Demais rendimentos incluídos na renda usual (menos Bolsa Família) + Valor recebido através do auxílio emergencial (questão D1e);

- e) Perda/Ganho de renda com o AE: Diferença entre renda na pandemia com o AE e a renda usual.

### **3. Atualização dos efeitos do AE (Divulgação de Agosto)**

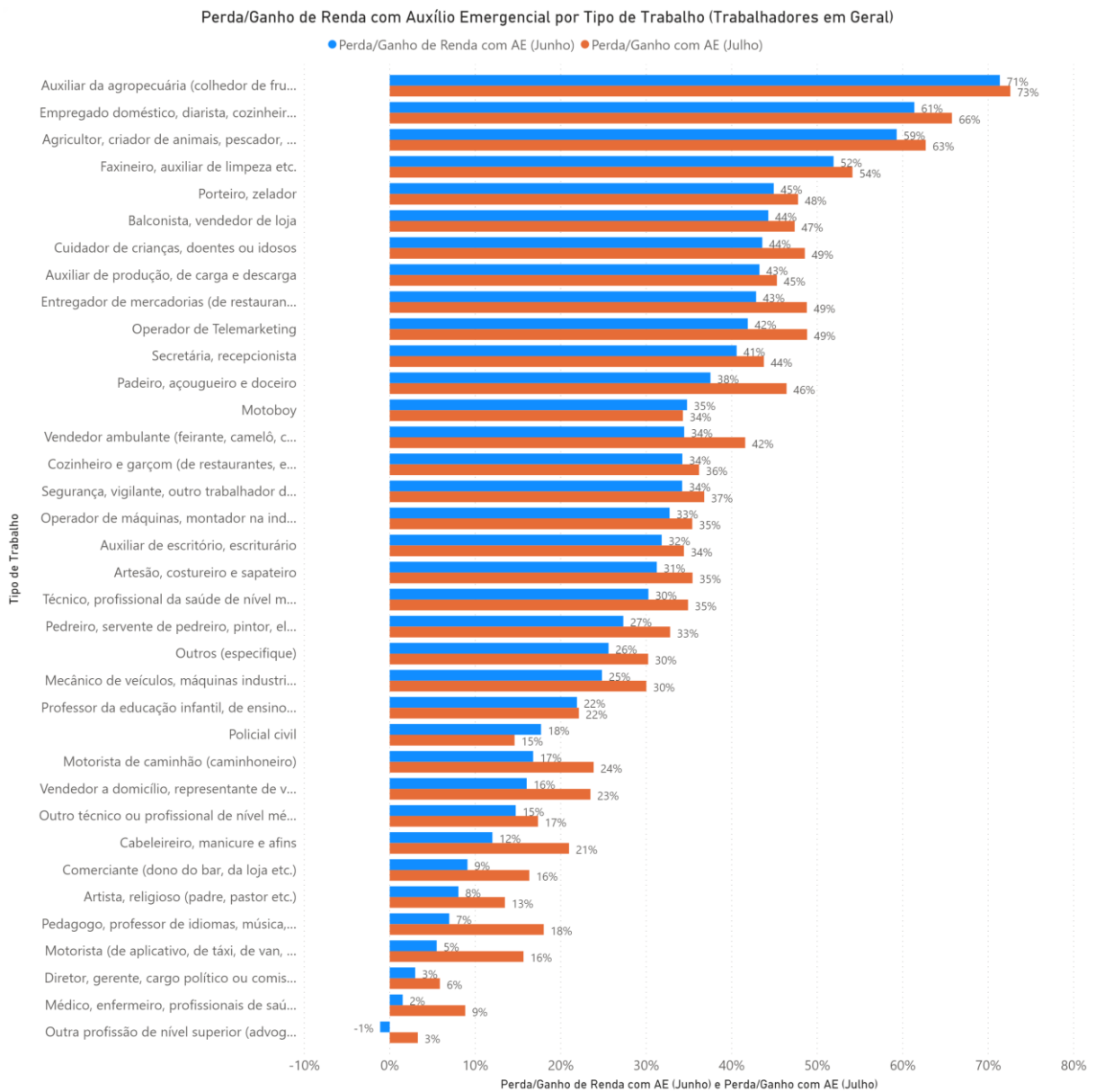
A figura abaixo retrata uma perda de renda relativamente menor ao longo do intervalo de tempo entre os dois levantamentos da PNAD-COVID. Para o conjunto total dos tipos de trabalho apresentados, os dados mostram que, desconsiderando o AE, a perda média de renda anterior, de cerca de 18%, é agora de 14%. Provavelmente, isso decorre do maior nível de abertura e funcionamento das atividades econômicas após uma contenção mais forte, visando achatar a curva da pandemia.



**Figura 1.** Perda/Ganho de Renda sem Auxílio Emergencial por Tipo de Trabalho em Perspectiva Temporal (Trabalhadores em Geral).

Fonte: IBGE (2020).

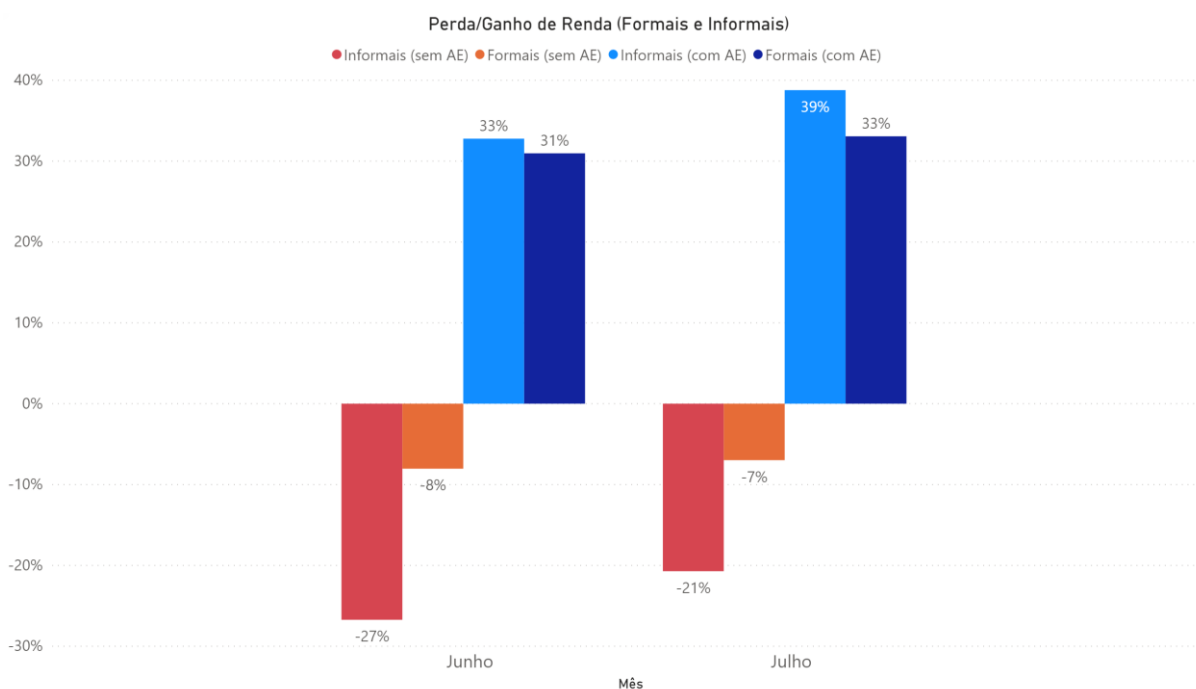
Considerando a diminuição da perda de renda e o valor fixo do AE, conforme esperado, a figura abaixo retrata que, quando comparada à renda usual pré-pandemia, o aumento médio de renda incorporando o AE passou de 29% para 34% no período entre os dois levantamentos.



**Figura 2.** Perda/Ganho de Renda com Auxílio Emergencial por Tipo de Trabalho em Perspectiva Temporal (Trabalhadores em Geral).

Fonte: IBGE (2020).

No que se refere ao vínculo de trabalho, modificamos a definição de informalidade em relação ao estudo anterior, passando considerar não somente os empregados sem carteira assinada, mas também os trabalhadores por conta própria e os auxiliares familiares<sup>4</sup>. Houve moderado aumento nos ganhos de renda e diminuição da perda decorrente da crise, com destaque para os informais, cujas perdas passaram de 27% para 21%.

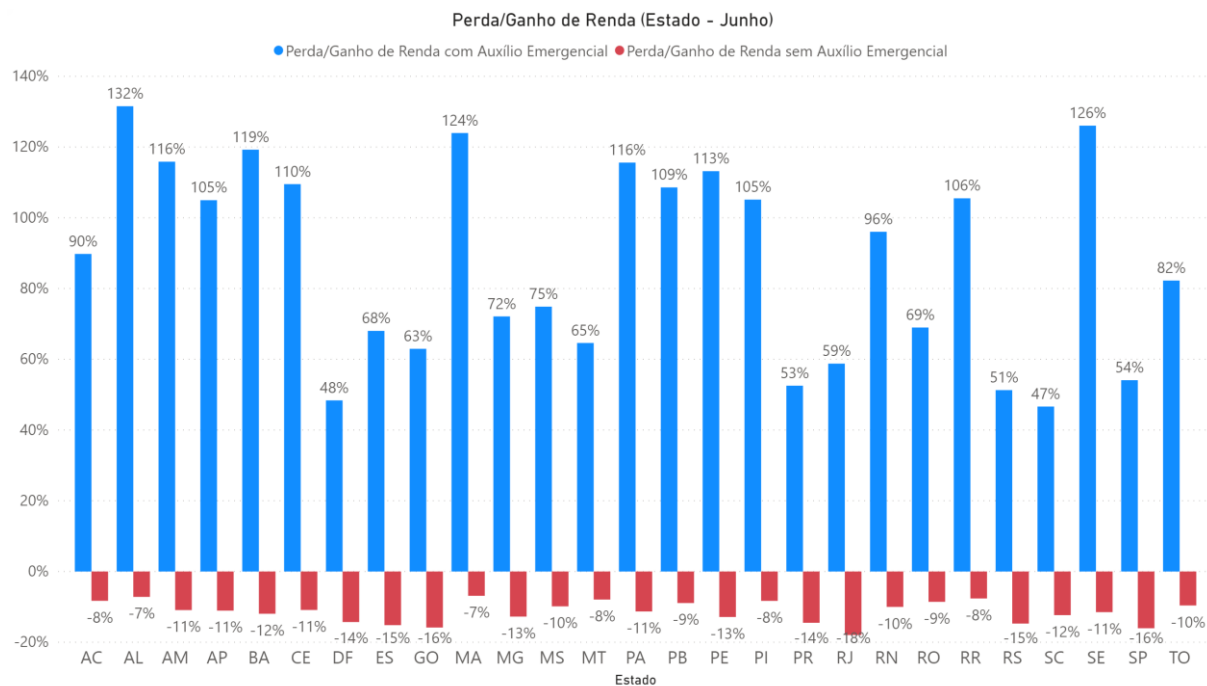


**Figura 3.** Perda/Ganho de Renda em Perspectiva Temporal (Formais e Informais).

Fonte: IBGE (2020).

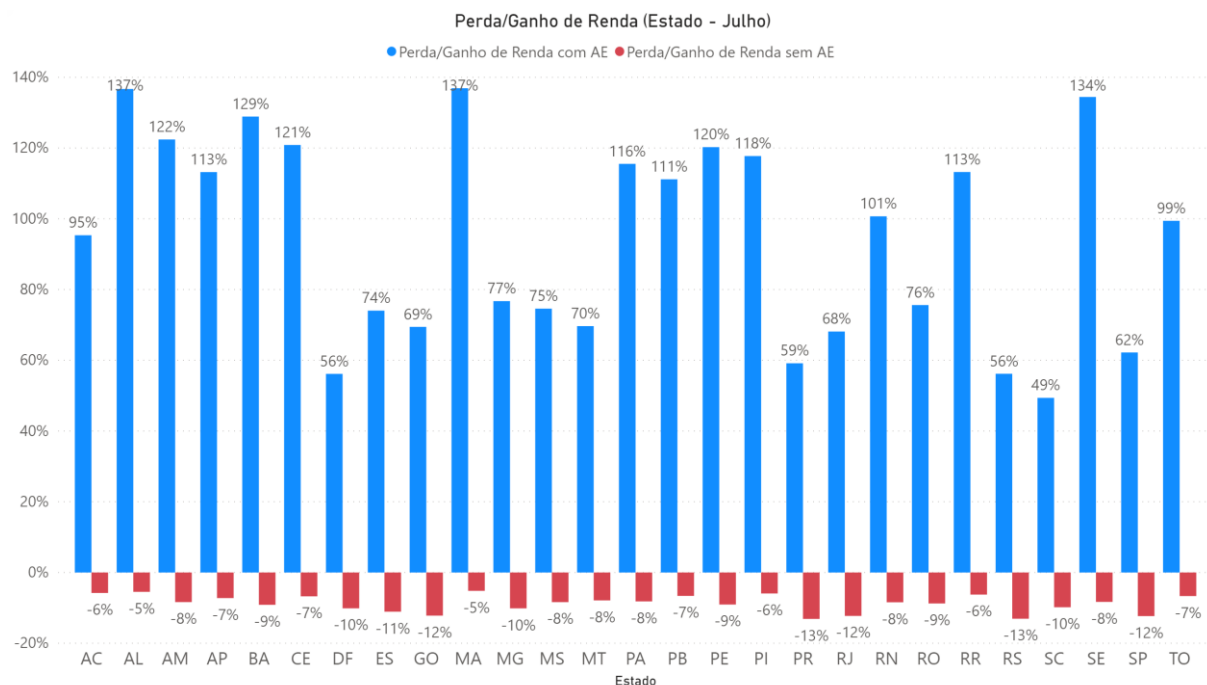
As figuras abaixo retratam lógica semelhante quando se considera a distribuição geográfica dos efeitos do AE ao longo do tempo, com maiores efeitos de renda nos estados do Norte e Nordeste.

<sup>4</sup> Quando comparado ao levantamento anterior, que considerava somente os empregados sem carteira assinada, é possível afirmar que os microempreendedores (conta própria) e auxiliares familiares parecem ter sido mais afetados pela pandemia e menos beneficiados pelos efeitos do AE. Os novos critérios de definição de informalidade alinham-se a outros estudos. Ver <https://blogdoibre.fgv.br/posts/queda-do-emprego-no-brasil-uma-analise-partir-dos-dados-mensalizados-da-pnad-continua>.



**Figura 4.** Perda/Ganho de Renda (Estado - Junho).

Fonte: IBGE (2020).



**Figura 5.** Perda/Ganho de Renda (Estado - Julho).

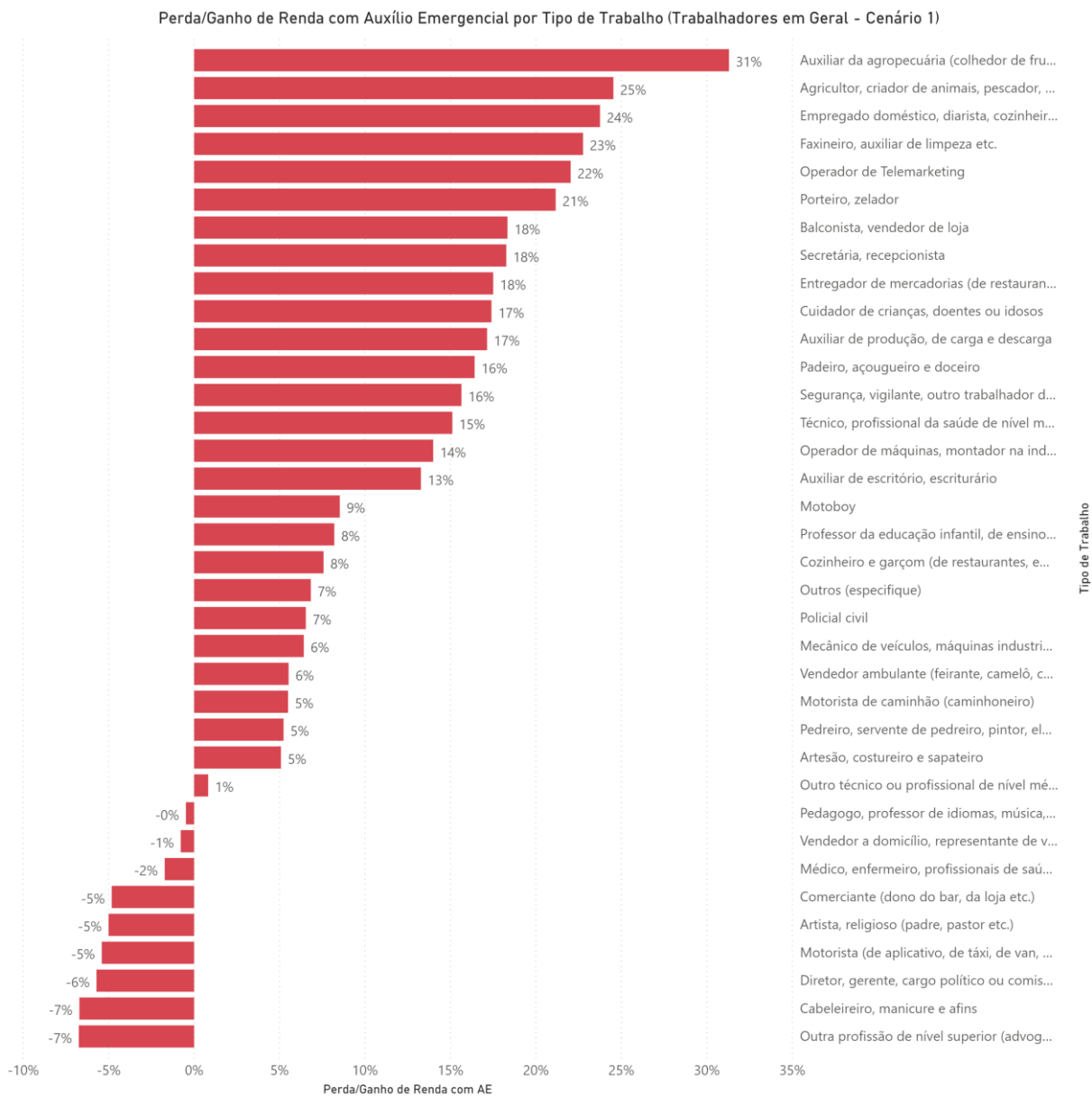
Fonte: IBGE (2020).

#### **4. Cenários para o Auxílio Emergencial**

Efetuamos uma simulação com dados da PNAD COVID-19 referentes ao mês de julho, com a suposição de dois cenários possíveis:

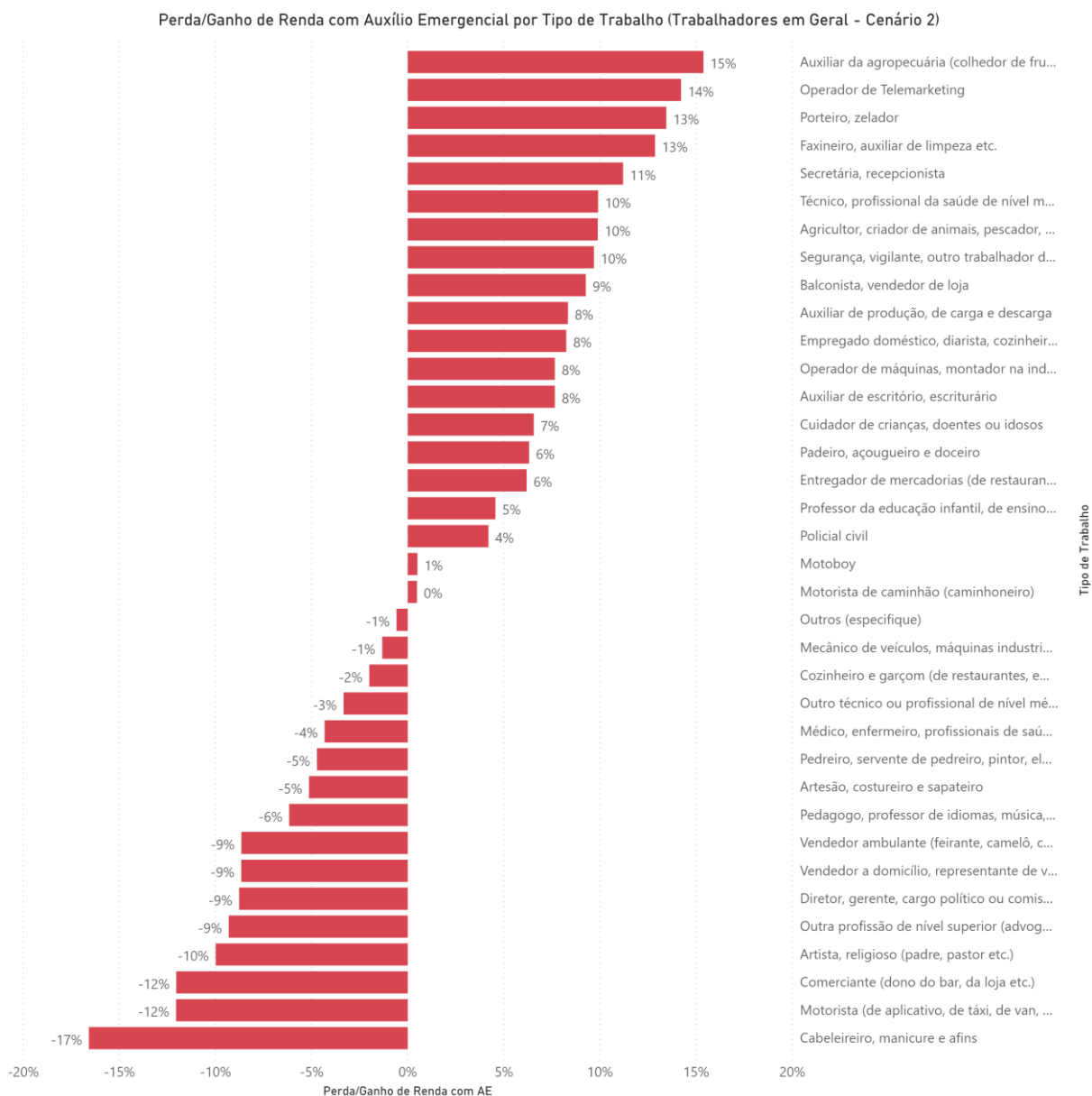
- a) Cenário 1 – todos os valores recebidos em decorrência de auxílios emergenciais relacionados à pandemia (variável D0051) são reduzidos pela metade, ou seja, o valor do auxílio emergencial básico passaria de R\$ 600 para R\$ 300, assim como o valor de R\$ 1200 passaria para R\$ 600.
  
- b) Cenário 2 – todos os valores recebidos em decorrência de auxílios emergenciais relacionados à pandemia (D0051) são reduzidos a um valor fixo R\$ 300, sem quaisquer exceções ou benefícios adicionais.





**Figura 6.** Perda/Ganho de Renda com Auxílio Emergencial por Tipo de Trabalho (Trabalhadores em Geral – Cenário 1).

Fonte: IBGE (2020).

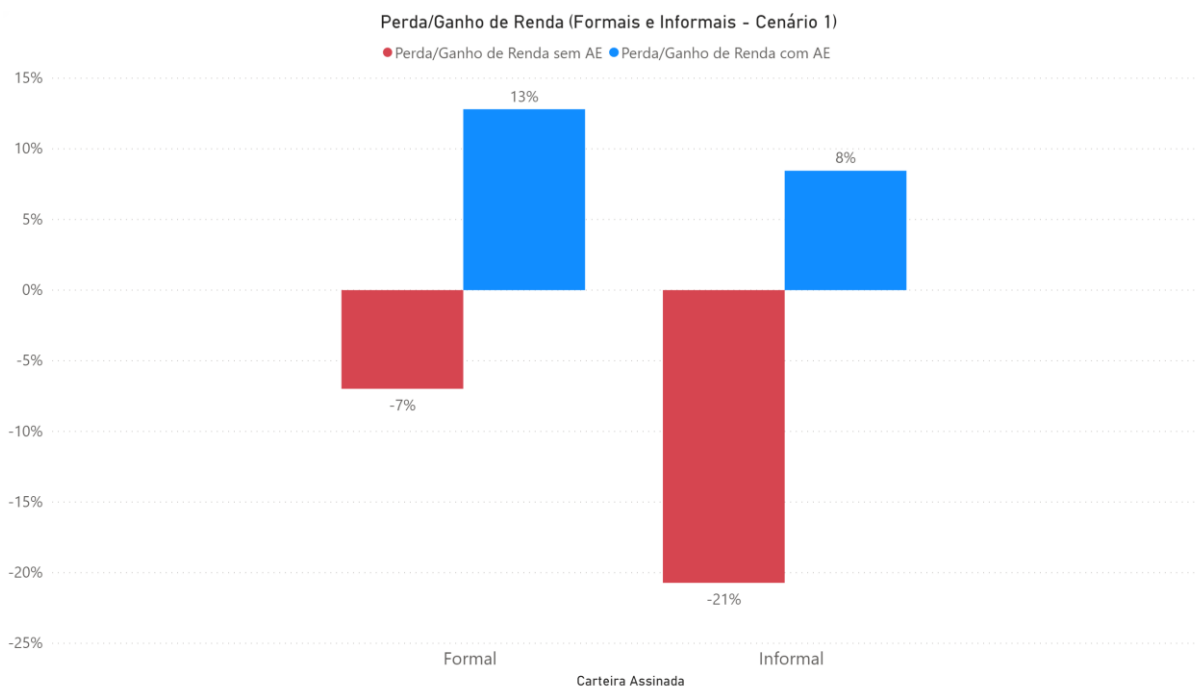


**Figura 7.** Perda/Ganho de Renda com Auxílio Emergencial por Tipo de Trabalho (Trabalhadores em Geral – Cenário 2).

Fonte: IBGE (2020).

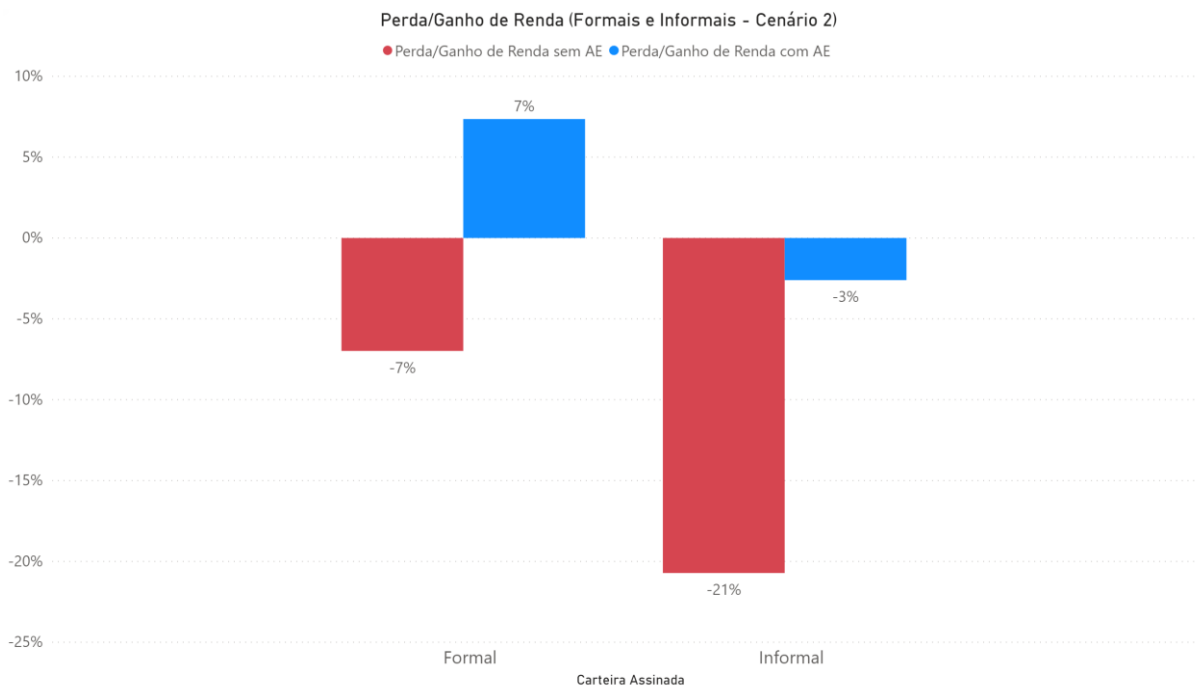
As figuras acima mostram haver mudanças significativas nos ganhos de renda com as prováveis mudanças no valor do AE. O ganho médio é 9% no Cenário 1 e apenas 1% no Cenário 2. No Cenário os ajustes são menores, na medida em que muitos continuarão a receber R\$ 600 (metade de R\$1200). Mesmo assim, alguns tipos de trabalho já começam a apresentar perda de renda, ou seja, o AE não compensa integralmente as perdas decorrentes da pandemia. No Cenário 2, com um valor AE fixo de R\$ 300, isso fica mais evidente. Por exemplo, mesmo com

um AE de 300, haveria perdas relevantes para categorias de cabeleireiros (-17%), motoristas de aplicativos e comerciantes donos de bar (-12%).



**Figura 8.** Perda/Ganho de Renda (Formais e Informais – Cenário 1).

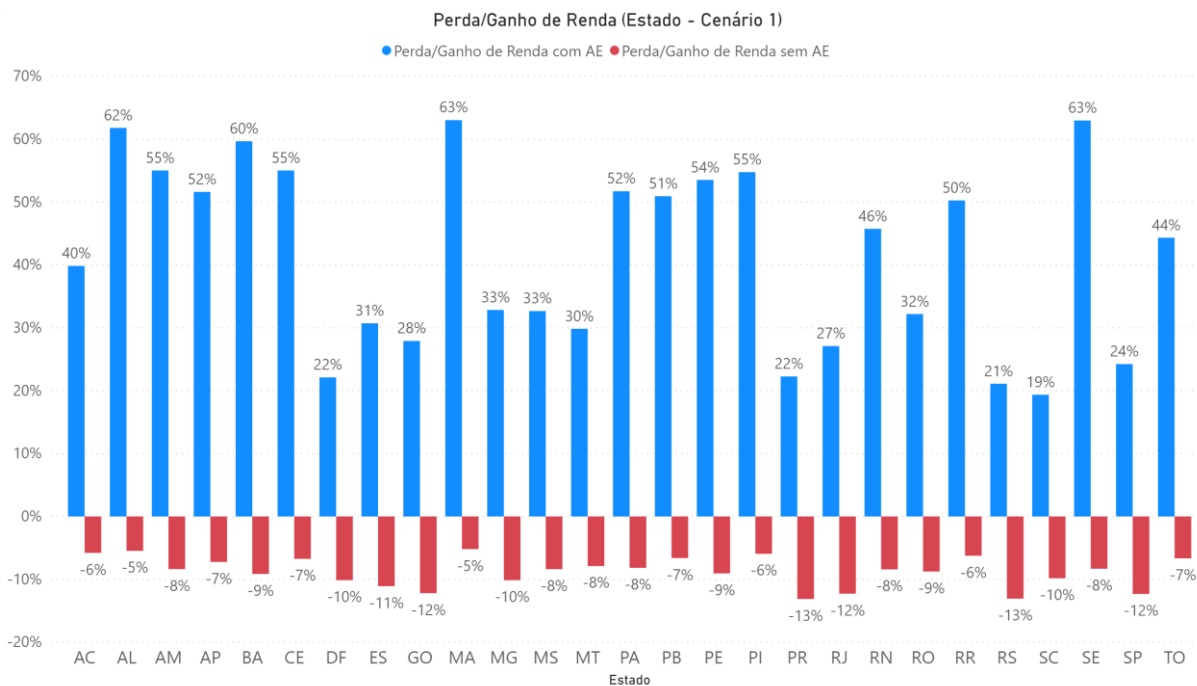
Fonte: IBGE (2020).



**Figura 9.** Perda/Ganho de Renda (Formais e Informais – Cenário 2).

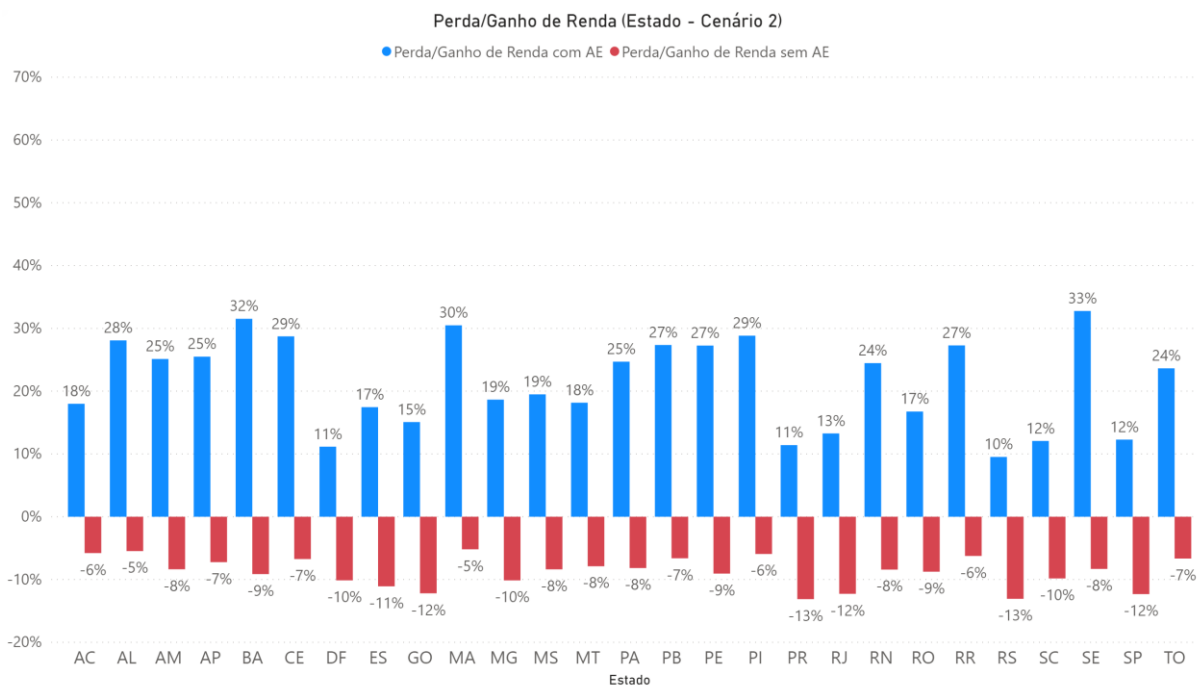
Fonte: IBGE (2020).

A situação mais interessante das figuras acima ocorre quando, no caso dos informais, o AE é reduzido para um valor fixo de R\$ 300 (Cenário 2), situação na qual as perdas de renda não seriam suficientemente compensadas pelo AE (perda de 3%).



**Figura 10.** Perda/Ganho de Renda (Estado – Cenário 1).

Fonte: IBGE (2020).



**Figura 11.** Perda/Ganho de Renda (Estado – Cenário 2).

Fonte: IBGE (2020).

## 5. Comentários Finais

Uma única parcela do AE representa uma transferência de renda muito superior aos valores anuais do programa bolsa família. Diante de tal magnitude, os resultados apontados por diversas estimativas são esperados: o AE representou um acréscimo de renda superior, pelo menos até o momento, às perdas derivadas da crise. Conforme escrevemos em estudo anterior, isso não significa que o auxílio emergencial seja excessivo, mas sim que o nível de pobreza e desigualdade do Brasil é muito alto.

A capacidade do AE de transformar-se em apoio político ao governo, sobretudo no caso de Bolsonaro, é um fenômeno que vai claramente além da esfera estritamente econômica. Isso posto, para os objetivos desse levantamento, levamos em conta o fato do governo já ter anunciado que pretende dar continuidade ao AE de menor valor por mais algum tempo.

Em geral, os cenários futuros se dividem em curto, médio e longo prazos. A pandemia trouxe à tona o cenário de “curtíssimo prazo”, umbilicalmente ligado às definições do valor do AE e à intensidade da crise. Para horizontes um pouco mais distantes, é crucial saber o que substituirá o AE em caráter permanente.

## **REFERÊNCIAS**

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios: PNAD COVID19. Rio de Janeiro: IBGE, 2020. Disponível em: <<https://www.ibge.gov.br/estatisticas/sociais/trabalho/27946-divulgacao-semanal-pnad-covid1.html?edicao=28055&t=microdados>>. Acesso em: 24 de agosto de 2020.